

ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE ILHÉUS
PROCURADORIA GERAL

Ilhéus (BA), 04 de dezembro de 2025.

MENSAGEM DE VETO À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 050/2025.

MENSAGEM Nº 14/2025 – Gabinete

***EXCELENTÍSSIMO SENHOR
AUGUSTO CÉSAR PORTO RIBEIRO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ILHÉUS/BA.***

Senhor Presidente,

RECEBEMOS
EM 04/12/2025
16:52h
FUNÇÃO

Cumpre-nos comunicar a Vossa Excelência que, na forma do disposto no § 1º do art. 57 da Lei Orgânica do Município de Ilhéus, decidi **VETAR INTEGRALMENTE** a Redação Final do Projeto de Lei nº 050/2025, de autoria parlamentar, que "*Dispõe sobre a criação do Centro de Referência de Atendimento às Pessoas Portadoras de Autismo no Município de Ilhéus e dá outras providências*".

Embora reconheçamos o nobilíssimo propósito do legislador em buscar a ampliação da rede de atendimento e o suporte especializado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), causa esta que também é de altíssima relevância para o Executivo, a proposição em análise padece de vícios insanáveis de inconstitucionalidade, de natureza formal e material, que compelem à aposição do veto, pelas razões a seguir expostas.

A mácula primária do Projeto de Lei reside no vício de iniciativa, uma vez que a matéria legislada é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo. Isso porque a proposição, ao determinar expressamente que "*Fica criado... o Centro de Referência de Atendimento às Pessoas Portadoras de Autismo (CRAP Autismo)*" e ao vincular tal órgão

**ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE ILHÉUS
PROCURADORIA GERAL**

à Secretaria Municipal de Saúde, definindo sua estrutura de pessoal e atribuições, usurpa prerrogativa que a Constituição Federal, a Constituição do Estado da Bahia e a Lei Orgânica Municipal reservam de forma exclusiva ao Poder Executivo.

A fundamentação deste veto assenta-se, portanto, na inconstitucionalidade formal, também conhecida na doutrina como nomodinâmica, o qual não diz respeito ao mérito ou ao conteúdo da norma, mas a um defeito em sua gênese, que ocorre quando o rito de formação da lei desrespeita o processo legislativo delineado na Constituição ou, como no presente caso, quando a proposição é de autoria de autoridade incompetente para a matéria.

Tal falha procedimental se materializa pela usurpação da chamada iniciativa privativa — ou reservada —, que é a prerrogativa exclusiva e intransferível conferida a determinado Poder ou autoridade para dar início ao processo de criação de leis sobre temas específicos.

Pois bem.

A Carta Magna de 1988, em seu art. 61, § 1º, inciso II, dispõe sobre as matérias de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, reservadas de forma exclusiva ao Presidente da República, as quais são aplicadas também ao Prefeito Municipal, por simetria e exclusão. Nesse sentido, veja-se:

Art. 61. [...]

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; [...]

Cuida-se, neste particular, da função precípua do Chefe do Poder Executivo, que é a de gerir a administração em geral, o que compreende desde a iniciativa de leis que fixam as diretrizes da política administrativa, como também a disciplina das atividades administrativas em geral.

**ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE ILHÉUS
PROCURADORIA GERAL**

Sobre o tema, discorrem Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco, na célebre obra Curso de Direito Constitucional (2023, p. 1641)¹, *in verbis*:

A referência ao Poder Executivo contempla atividades diversas e variadas, que envolvem atos típicos da Chefia do Estado (relações com Estados estrangeiros, celebração de tratados), e atos concernentes à Chefia do governo e da administração em geral, como a fixação das diretrizes políticas da administração e a disciplina das atividades administrativas (direção superior da Administração Federal), a iniciativa de projetos de lei e edição de medidas provisórias, a expedição de regulamentos para execução das leis etc.

Neste contexto, importa suscitar o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Ilhéus (LOM), na seção relativa à competência privativa:

**Seção II
Da competência privativa**

Art. 14 - Compete ao Município prover tudo quanto diz respeito ao seu interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, dentre outras atribuições e deveres:

I. Legislar sobre assuntos de interesse local, especialmente:

[...]

h. A organização de serviços administrativos;

[...]

A proposição legislativa em análise trata, inequivocamente, de organização administrativa, ao criar um novo órgão (CRAP Autismo) dentro da estrutura da Prefeitura. Não se trata de uma medida programática singela, mas da instituição de uma unidade complexa e de alto custo operacional, a qual o projeto vincula expressamente à Secretaria Municipal de Saúde. A magnitude da intervenção legislativa se revela na imposição de um rol exaustivo de competências estatais, que obriga o Executivo a garantir desde o “**diagnóstico precoce e avaliação multidisciplinar**” até a oferta de “**atendimento terapêutico**” em diversas especialidades, além de ditar a própria composição da força de trabalho do órgão, exigindo a contratação específica de médicos neuropediatras e psiquiatras, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, engessando completamente a discricionariedade administrativa do gestor municipal.

¹ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 18. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

**ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE ILHÉUS
PROCURADORIA GERAL**

Dito isto, e em deferência à simetria constitucional que permeia o nosso sistema federativo, deve-se, também, registrar o que dispõe a Constituição do Estado da Bahia:

Art. 77. São de iniciativa privativa do Governador do Estado os projetos que disponham sobre:

[...]

VI - criação, estruturação e competência das Secretarias e demais órgãos da administração pública;

VII - organização administrativa e serviços públicos, que impliquem aumento ou redução de despesas.

[...]

No presente caso, verifica-se que a proposta interfere diretamente na estrutura organizacional do Executivo. O Art. 2º do Autógrafo determina a vinculação do novo órgão à Secretaria de Saúde e define suas atribuições. O Art. 3º vai além, impondo a composição da equipe multidisciplinar, listando obrigatoriamente a contratação de "Médicos (neuropediatra, psiquiatra)", "Psicólogos", "Fonoaudiólogos", "Terapeutas ocupacionais", entre outros.

Neste particular, importa reforçar que, à luz do art. 61, § 1º, II, "b", da CF/88, c/c o art. 77, VI, da Constituição do Estado da Bahia, é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo a iniciativa de proposta de lei que implique atribuições aos órgãos do Poder Executivo.

A própria Lei Orgânica do Município estabelece, em seu art. 54, o seguinte, *in verbis*:

Art. 54 - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre;

[...]

III. criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Departamentos ou Diretorias equivalentes e órgãos da Administração Pública;

[...]

Neste contexto, não há como deixar de reconhecer que o projeto em análise, ao instituir o "**CRAP Autismo**", viola flagrantemente a reserva de administração. Tais disposições consistem em indevida ingerência nas atribuições do Poder Executivo, violando, em última análise, o princípio da separação dos Poderes (art. 2º, CF), eis que retiram do Chefe do

**ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE ILHÉUS
PROCURADORIA GERAL**

Poder Executivo a discricionariedade para organizar seus serviços, alocar seus recursos humanos e definir a estrutura de suas Secretarias.

Sobre o tema, releva pontuar que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia tem reiteradamente decidido pela inconstitucionalidade de propostas legislativas de autoria parlamentar que impliquem alteração na organização administrativa com o respectivo aumento de despesa, inclusive em caso oriundo desta própria municipalidade, conforme se vê do seguinte precedente:

[...] MUNICIPIO DE ILHEUS Advogado (s): ACORDÃO AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL N.º 3.975/18 DO MUNICÍPIO DE ILHÉUS. NORMA QUE CONFERIU GRATUIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO PARA TODAS AS PESSOAS COMPREENDIDAS NA FAIXA ETÁRIA ENTRE 60 (SESSENTA) E 65 (SESSENTA E CINCO) ANOS. LEGISLAÇÃO IMPUGNADA QUE PADECE DE VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS DESCONSIDEROU A INICIATIVA DO PREFEITO PARA CRIAR A REFERIDA NORMA. LEI QUE VERSA SOBRE SERVIÇOS PÚBLICOS E QUE IMPLICA AUMENTO OU REDUÇÃO DE DESPESA. INICIATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO CONFORME ART. 77, INC. VII, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. INVASÃO DAS ESFERAS DE COMPETÊNCIA DOS PODERES DA REPÚBLICA. ART. 1.º § 2.º E ART. 2.º, INC. VII, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. 1. In casu, o Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros do Estado da Bahia – Sintran alegou que a nova redação do art. 4.º da Lei Municipal n.º 2.939/01, dada pela Lei n.º 3.975/18 do Município de Ilhéus, a fim de estender a gratuidade do transporte público coletivo no Município de Ilhéus a todas as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, padece de inconstitucionalidade formal e material. 2. Primeiramente, refuta-se a alegação de inconstitucionalidade material, tendo em vista que o STF, por meio da ADI 3.768/DF, já reconheceu a constitucionalidade nomoestática do art. 39, § 3.º, do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/03), que versa sobre a possibilidade da legislação local assegurar a gratuidade dos transportes coletivos públicos às pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos. 3. Contudo, a legislação impugnada (Lei n.º 3.975/18) padece de vício de inconstitucionalidade formal, tendo em vista que Câmara Municipal de Ilhéus desconsiderou a iniciativa privativa do Chefe do Executivo para criar a referida norma. 4. Nessa esteira, é cediço que o art. 77, inc. VII, da Constituição Estadual do Estado da Bahia, determina que o projeto de lei sobre organização administrativa e serviços públicos, que demande aumento ou redução de despesas, apenas pode ser apresentado ao Poder Legislativo por iniciativa do Chefe do Poder Executivo. 5. Assim, a Câmara Municipal de Ilhéus, através da Lei Municipal n.º 3.975/18, contrariou a estrutura simétrica do processo legislativo, de modo a atentar contra a Constituição da Bahia, em virtude de ter ignorado a iniciativa do Chefe do Executivo para propositura de norma que versa sobre serviços públicos e que implique em aumento ou redução de

**ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE ILHÉUS
PROCURADORIA GERAL**

despesas. 6. Ademais, consoante expressamente disposto no art. 2.º da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 1.º, § 2.º e art. 2.º, V, ambos da Constituição do Estado da Bahia, os Poderes do Estado são independentes e harmônicos entre si, de sorte que a atuação das funções típicas do Legislativo Municipal não pode desconsiderar os limites de atuação privativa do Poder Executivo Municipal, sob pena de invasão das esferas de competência. 7. Nessa senda, conclui-se pela inconstitucionalidade nomodinâmica (formal) da Lei n.º 3.975/18 do Município de Ilhéus (ID 3427018), que modificou o art. 4.º da Lei Municipal n.º 2.939/01, a fim de estender a gratuidade do transporte público coletivo no Município de Ilhéus a todas as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, por violação art. 1.º, § 2.º, art. 2.º, inc. V e art. 77, inc. VII, todos da Constituição do Estado da Bahia. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 8008893-62.2019.8.05.0000, em que é requerente, o Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros do Estado da Bahia, e requerido, a Município de Ilhéus, tendo como interveniente, o Estado da Bahia. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em sua composição plenária, em declarar a inconstitucionalidade formal da Lei Municipal n.º 3.975/18, que conferiu nova redação ao art. 4.º, da Lei n.º 2.939/01, do Município de Ilhéus. Sala de Sessões, de de 2022. Presidente Desª. Joanice Maria Guimarães de Jesus Relatora Procurador (a) de Justiça JG16 (TJ-BA - Arguição de Inconstitucionalidade: 80088936220198050000, Relator.: JOANICE MARIA GUIMARAES DE JESUS, Data de Julgamento: 23/03/2022, TRIBUNAL PLENO, Data de Publicação: 24/03/2022)

Ademais, a criação de um Centro de Referência com equipe multidisciplinar especializada representa a criação de uma despesa corrente continuada de altíssimo impacto (folha de pagamento, manutenção predial, insumos, etc.). Tal medida exige, legal e responsabilmente, a indicação da fonte de custeio e o estudo de impacto orçamentário-financeiro, conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal e a LOM:

Art. 54 - [...]

Parágrafo Único - Não será admitido aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto em lei, sendo que qualquer projeto de lei que implique despesa deverá ser acompanhado de indicação das fontes orçamentárias de recursos, bem como do respectivo estudo de impacto.

Art. 146 - Nenhuma lei que crie ou aumente a despesa, será executada sem que dela conste à indicação do recurso para atendimento do correspondente encargo.

O tema também é tratado na própria Constituição Federal, ao dispor, nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que “*a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da*

**ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE ILHÉUS
PROCURADORIA GERAL**

estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro” (art. 113). Na espécie, a proposta implica, necessariamente, a criação de uma despesa obrigatória de caráter continuado.

A proposição, em seu Art. 5º, limita-se a uma cláusula genérica de que as despesas correrão por conta de "*dotações orçamentárias próprias*", o que é insuficiente para sanar o vício de criação de despesa sem lastro.

Não obstante o entendimento já exposto pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a ausência de prévia dotação orçamentária e autorização na LDO constitui vício situado no plano da eficácia (*vide ADIs 7.391, 6.091 e 6.118*), não se pode ignorar que tal mácula, além de violar norma específica da Lei Orgânica Municipal, notadamente o parágrafo único do art. 54, inviabiliza a própria finalidade para a qual a norma se destina, não sendo razoável, tampouco responsável do ponto de vista fiscal, sancionar proposta para a qual se sabe inexistirem condições efetivas de ser executada.

Com efeito, os vícios materiais e a inexecutabilidade orçamentária aqui expostos são consequência direta da mácula original: o vício de iniciativa. Ao legislar sobre a criação de um órgão administrativo complexo, o "*Centro de Referência de Atendimento às Pessoas Portadoras de Autismo (CRAP Autismo)*", impondo à Secretaria Municipal de Saúde a obrigação de compor uma equipe multidisciplinar específica com "*médicos, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais*", bem como de executar rotinas operacionais de gestão clínica como "*realizar diagnóstico precoce*", "*elaborar planos de intervenção individualizados*" e "*oferecer atendimento terapêutico*", o Poder Legislativo avança sobre a competência exclusiva do Poder Executivo Municipal, ferindo o Princípio da Independência e Harmonia dos Poderes, consagrado no art. 2º da Carta Magna e no art. 8º desta Lei Orgânica.

Nesta esteira, é imperioso trazer à baila o entendimento jurisprudencial consolidado nos tribunais, que rechaça veementemente normas de origem parlamentar que, a pretexto de instituir políticas públicas de saúde, acabam por desenhar a estrutura administrativa e impor atribuições aos órgãos do Executivo.

Recentíssimo julgamento proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul amolda-se com perfeição ao caso em tela. Naquela oportunidade, a Corte declarou a inconstitucionalidade de lei municipal que, tal qual o PL nº 050/2025, buscava instituir política

**ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE ILHÉUS
PROCURADORIA GERAL**

de atendimento a pessoas com TEA, mas incorreu em vício formal ao atribuir tarefas às Secretarias Municipais e disciplinar a gestão de serviços públicos.

Peço vênha para transcrever a ementa do referido julgado, cuja clareza dispensa maiores digressões:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO INTEGRADO À PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA. INICIATIVA LEGISLATIVA. VÍCIO FORMAL. PROCESSO LEGISLATIVO. INICIATIVA RESERVADA. CHEFE DO EXECUTIVO. É inconstitucional a Lei nº 5.403/23 do Município de Canguçu de iniciativa da Câmara Municipal que instituiu a Política Municipal de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA, porquanto atribui novas tarefas às Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos e de Educação, Esportes e Cultura, determina a realização de despesas pelo Poder Executivo com a criação de diversos programas e disciplina matérias relativas à gestão administrativa dos serviços públicos, ao regime jurídico dos servidores e ao provimento de cargos públicos. Isso porque se trata de lei relativa à organização, às atribuições e ao funcionamento da Administração Pública Municipal, cujo processo legislativo se submete à exclusiva iniciativa do Chefe do Executivo. Arts. 8º, 60, II, alíneas b e d, e 82, incisos III e VII, da Constituição Estadual. Ação julgada procedente.(Direta de Inconstitucionalidade, Nº 70085785764, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator.: Maria Isabel de Azevedo Souza, Julgado em: 17-11-2023) (TJ-RS - Direta de Inconstitucionalidade: 70085785764 PORTO ALEGRE, Relator: Maria Isabel de Azevedo Souza, Data de Julgamento: 17/11/2023, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 12/12/2023)

A similitude fática entre o precedente colacionado e a proposição ora vetada é gritante. O Autógrafo nº 050/2025 incorre, exatamente, nas mesmas inconstitucionalidades apontadas pelo Tribunal gaúcho, ao vincular o CRAP Autismo à Secretaria Municipal de Saúde e ao determinar a contratação de servidores específicos, invadindo a seara de organização e funcionamento da Administração Pública Municipal, matéria esta reservada à iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.

Os célebres ensinamentos do mestre CANOTILHO (1999, p. 888 e 889) são categóricos no tocante aos vícios geradores da inconstitucionalidade:

A desconformidade dos actos normativos com o parâmetro constitucional dá origem ao vício de inconstitucionalidade. A doutrina costuma distinguir entre vícios formais, vícios materiais e vícios procedimentais; (1) vícios formais: incidem sobre o acto normativo enquanto tal, independentemente do seu conteúdo e tendo em conta apenas a forma da sua exteriorização; na hipótese

**ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE ILHÉUS
PROCURADORIA GERAL**

de inconstitucionalidade formal, viciado é o acto, nos seus pressupostos, no seu procedimento de formação, na sua forma final; (2) vícios materiais: respeitam ao conteúdo do acto, derivando do contraste existente entre os princípios incorporados no acto e as normas ou princípios da constituição; no caso de inconstitucionalidade material, substancial ou doutrinária (como também se lhe chamou entre nós), viciadas são as disposições ou normas singularmente consideradas; (3) vícios de procedimento: autonomizados pela doutrina mais recente (mas englobados nos vícios formais pela doutrina clássica), são os que dizem respeito ao procedimento de formação, juridicamente regulado, dos actos normativos.

Salutar, também, trazer a lume o entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito do tema:

O desrespeito à prerrogativa de iniciar o processo de positivação do Direito gerado pela usurpação do poder sujeito à cláusula de reserva, traduz vício jurídico de gravidade inquestionável, cuja ocorrência reflete típica hipótese de inconstitucionalidade formal, apta a infirmar, de modo irremissível, a própria integridade do ato legislativo eventualmente editado. Procedentes do STF. (ADIn – Medida Cautelar – n. 1.391 – SP, Min Celso de Mello).

Por tratar-se de evidente matéria de organização administrativa, a iniciativa do processo legislativo está reservada ao Chefe do Poder Executivo local. Os Estados-membros e o Distrito Federal devem obediência às regras de iniciativa legislativa reservada, fixadas constitucionalmente, sob pena de violação do modelo de harmônica tripartição de poderes, consagrado pelo constituinte originário. (ADI 1.182, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 24-11-05, DJ de 10-3-06).

Desse modo, com espeque na doutrina, jurisprudência e legislação de regência, acima esposadas, *data maxima venia*, não há outro caminho para a redação final sob exame senão o veto integral da proposta, vez que eivada de inconstitucionalidade formal subjetiva, por vício de iniciativa.

Ensina-nos o Min. Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco (Curso de direito constitucional – 14. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019, pág. 1811) que:

Os vícios formais afetam o ato normativo singularmente considerado, sem atingir seu conteúdo, referindo-se aos pressupostos e procedimentos relativos à formação da lei. Os vícios formais traduzem defeito de formação do ato normativo, pela inobservância de princípio de ordem técnica ou procedimental ou pela violação de regras de competência. Nesses casos, viciado é o ato nos seus pressupostos, no seu procedimento de formação, na sua forma final.

ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE ILHÉUS
PROCURADORIA GERAL

A propósito, tem-se que essa má formação processual legislativa persegue o ato, mesmo diante de eventual sanção legislativa, senão vejamos o conteúdo da jurisprudência paradigma do STF, a partir da decisão levada a efeito na ADI 700, de relatoria do então Min. Maurício Corrêa:

Regime jurídico dos servidores públicos estaduais. Aposentadoria e vantagens financeiras. Inconstitucionalidade formal. Vício que persiste, não obstante a sanção do respectivo projeto de lei. Precedentes. Dispositivo legal oriundo de emenda parlamentar referente aos servidores públicos estaduais, sua aposentadoria e vantagens financeiras. Inconstitucionalidade formal em face do disposto no artigo 61, § 1.º, II, 'c', da Carta Federal. É firme na jurisprudência do Tribunal que a sanção do projeto de lei não convalida o defeito de iniciativa." (ADI 700, Rel. Min. Maurício Corrêa, j. 23.05.2001, DJ de 24.08.2001)

Do exposto, fica claro que a inconstitucionalidade formal faz referência ao erro na observância da competência ou nas regras relativas ao processo definido na Constituição.

De outro eito, já no aspecto da inconstitucionalidade material, importa reverberar que tal fenômeno se opera substancialmente em face do conflito do conteúdo da norma com elementos que são pilares no ESTADO DE DIREITO, *in casu*, relacionados à violação do princípio constitucional da separação e independência dos Poderes, cujos preceitos, por simetria, encontra-se insertos tanto no art. 2º, V, da Constituição do Estado da Bahia quanto no art. 8º da LOM:

Art. 2º - São princípios fundamentais a serem observados pelo Estado, dentre outros constantes expressa ou implicitamente na Constituição Federal, os seguintes:

[...]

V - separação e livre exercício dos Poderes;

[...]

Art. 8º - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo Único - Têm os Poderes do Município as seguintes funções, que são exercidas prevalentemente:

I - Pelo Legislativo, as funções legislativas, de fiscalização e controle.

ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE ILHÉUS
PROCURADORIA GERAL

II – Pelo Executivo, as funções executivas, compreendidas as de governo e de administração.

Os professores Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco (Curso de direito constitucional – 14. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019, págs. 1813/1814), alinhavaram o seguinte acerca da inconstitucionalidade material:

Os vícios materiais dizem respeito ao próprio conteúdo ou ao aspecto substantivo do ato, originando-se de um conflito com regras ou princípios estabelecidos na Constituição. A inconstitucionalidade material envolve, porém, não só o contraste direto do ato legislativo com o parâmetro constitucional, mas também a aferição do desvio de poder ou do excesso de poder legislativo. É possível que o vício de inconstitucionalidade substancial decorrente do excesso de poder legislativo constitua um dos mais tormentosos temas do controle de constitucionalidade hodierno. Cuida-se de aferir a compatibilidade da lei com os fins constitucionalmente previstos ou de constatar a observância do princípio da proporcionalidade, isto é, de se proceder à censura sobre a adequação e a necessidade do ato legislativo.

Na espécie, portanto, para além da inconstitucionalidade formal, a proposta incorre também em inconstitucionalidade material, em função da violação ao princípio da separação dos poderes, pilar do Estado Democrático de Direito.

Assim, Senhor Presidente, em que pese a louvável iniciativa parlamentar, diante das considerações apresentadas, somos levados a apor o presente veto integral do projeto de Lei alhures referido, o qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Edis desta Casa de Leis.

Cordialmente,



VALDERICO LUIZ DOS REIS JÚNIOR

Prefeito